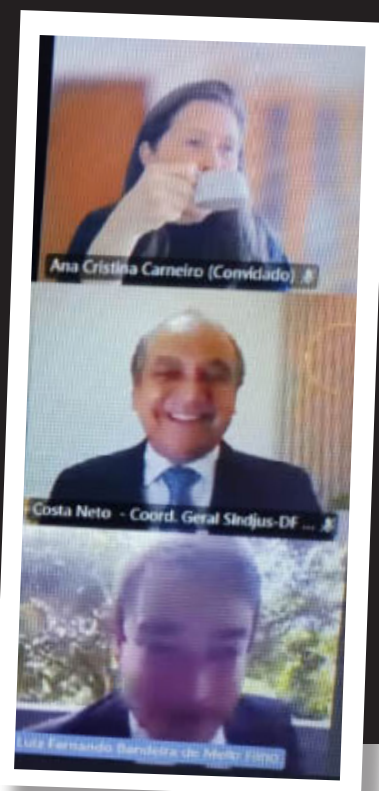
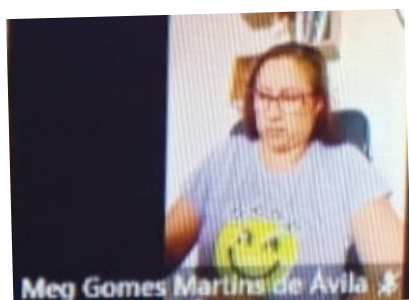
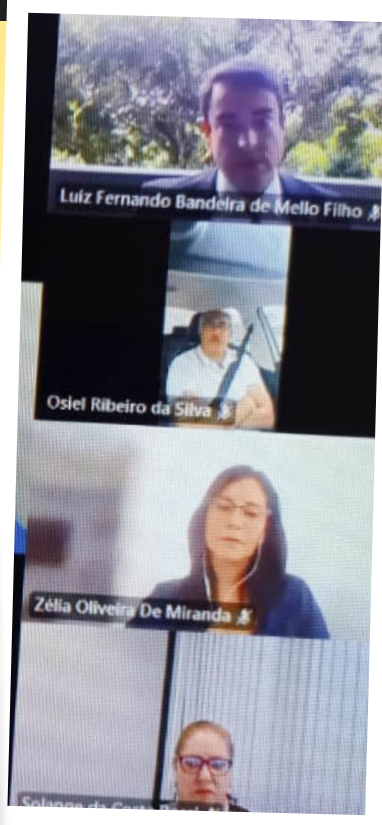
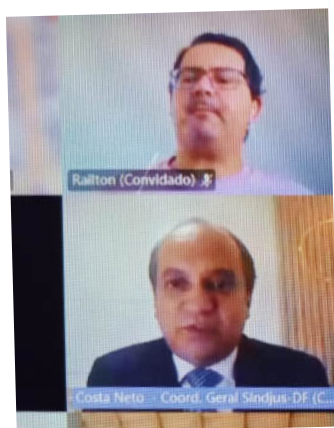


Sindjus-DF participa de 1ª reunião do Fórum de Carreira do CNJ elencando pontos prioritários da pauta da categoria



Às 15h desta quarta-feira (19/05), teve início a primeira reunião oficial do Fórum Permanente de Gestão de Carreira dos servidores do PJU, instalada pelo CNJ, com participação do Sindjus-DF, como membro efetivo, na pessoa do coordenador-geral Costa Neto, que contribuiu para o debate em torno dos interesses da nossa categoria fazendo várias considerações relevantes a respeito dos anseios de analistas, técnicos, auxiliares, policiais judiciais e oficiais de justiça.

O coordenador do Fórum, conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, que conduziu os trabalhos, afirmou: "compreendo as dificuldades dos servidores, compreendo as necessidades



dos servidores, por ser um deles também, mas precisamos compreender as limitações a muitos pleitos, em especial os que envolvem despesas financeiras, em razão do enfrentamento da pandemia. No entanto, podemos discutir. A minha principal função aqui é ouvir vocês, levando esse debate aos demais conselheiros, à secretaria-geral e à presidência do CNJ. Vamos construir esse debate da forma mais responsável e democrática possível”, afirmou Bandeira de Mello, que abriu a palavra aos participantes.

O coordenador-geral Costa Neto destacou que o Sindjus-DF participou de todos os fóruns de debate de carreira instalados até então e informou que a categoria tem uma grande expectativa e deposita muita esperança nesse fórum: “assim como aconteceu nas comissões anteriores, que nós possamos discutir e encaminhar vários pontos importantes da pauta dos servidores do Poder Judiciário aos fóruns e órgãos deliberativos competentes”.

Costa Neto discorreu sobre a necessidade de se debater a fundo a recomposição salarial, que é uma questão urgente visto que a defasagem salarial já ultrapassou a marca dos 50%: “é imperativo que possamos começar o quanto antes as discussões sobre um novo PCS, debatendo com a área técnica e apresentando uma proposta viável que possa ser levada à cúpula do Poder Judiciário”.

O representante do Sindjus-DF também pontuou questões específicas fundamentais, que devem ser tratadas de forma prioritária, tais como o encaminhamento ao Plenário do CNJ da demanda dos Técnicos de envio de anteprojeto de lei dispondo sobre a implantação do NS, uma vez que o tema já foi aprovado em comissão anterior, no âmbito do STF, em 2017.

Com relação aos colegas analistas, Costa Neto afirmou que precisamos discutir o direito de advogar para os servidores bacharéis em Direito e que possuam registro na OAB, bem como a compatibilização do exercício da profissão aos servidores que têm cargo técnico.

Em se tratando dos policiais judiciais, o debate principal é sobre o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional para modificar a Lei 11.416/16, de modo a consolidar a Polícia Judicial. Apontou também que há outras questões para se discutir quanto a esse segmento, tais como: porte de arma, cumulação da GAS com FC e GAS na aposentadoria.

Costa Neto ainda pontuou como prioridade o debate sobre o reenquadramento dos auxiliares remanescentes e os pleitos dos oficiais de justiça.

O representante do TST, José Railton, atual secretário de Gestão de Pessoas do tribunal, no qual é servidor de carreira há 17 anos, disse que o papel dos representantes dos órgãos é internalizar o debate nos respectivos órgãos, para que as administrações possam acompanhar e deliberar. “Temos que começar por pontos prioritários, que podem dar resultados mais imediatistas, para atender as expectativas dos servidores. Também é importante reconhecer as dificuldades que as administrações dos órgãos enfrentam, principalmente nesse período de pandemia”, explicou.

Para Ana Cristina Carneiro, representante do STM, com o passar do tempo em relação à implantação do último do Plano de Cargos e Salários, alguns tribunais avançaram em alguns assuntos, surgindo tratamentos diferentes. “O Fórum é importante para que haja uniformidade na forma de tratar as questões que dizem respeito à carreira dos servidores”, afirmou.

Bandeira de Mello frisou que é preciso definir prioridades, para não ter uma pauta aberta demais e acabar por não resolver coisa alguma. Na visão dele, é preciso avançar tendo foco, e buscando soluções criativas para as demandas, que vão desde recomposição salarial a condições de trabalho, passando por uma série de direitos.

Como resultado dessa reunião, ficou definido que os encontros do Fórum serão mensais, sendo o próximo marcado para o dia 9 de junho, às 10h. Adotando sugestão do Sindjus-DF, o debate sobre recomposição salarial será o primeiro item da pauta prioritária, que também contará com um ponto específico de cada segmento, conforme apresentado por Costa Neto.

O Sindjus-DF se comprometeu a entregar à Coordenação do Fórum a pauta oficial contendo todos os assuntos relevantes à categoria, e a contratar os serviços de um especialista para realizar estudo econômico sobre a defasagem salarial da categoria.

Para Costa Neto, a primeira reunião foi bastante produtiva e o Fórum tem tudo para ser um espaço muito profícuo, capaz de atender às necessidades da categoria, que depois de tantos ataques necessita ter o andamento de uma pauta positiva, voltada à valorização dos servidores. Entre vários outros temas a serem tratados temos a questão de se considerar o Poder Judiciário e o MPU como carreiras típicas de estado, as relações de trabalho e as medidas de proteção sanitária na pandemia e vários outros temas gerais e específicos de extrema relevância para a nossa categoria.



DIGA **NÃO** À PEC 32 **REFORMA** **ADMINISTRATIVA**

Abaixo-assinado pela suspensão da PEC 32/2020 chega a 67 mil assinaturas. Participe!

Faltam pouco mais de 8 mil assinaturas para que o abaixo-assinado requerendo a suspensão da PEC 32/2020 atinja a sua meta. O documento, que é uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual o Sindjus-DF é integrante, será apresentado ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), objetivando barrar a tramitação da proposta enquanto durar a pandemia e as restrições de atividades presenciais.

“Neste momento que estamos vivendo, de completo isolamento social, não há possibilidade de realizar um debate amplo e qualificado sobre a Reforma Administrativa. Tendo em vista a complexidade do tema, o abaixo-assinado cobra essa postura de transparência ao presidente Arthur Lira”, pontuou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

O abaixo-assinado, que teve início dia 9 de abril, tem a meta de atingir 75 mil assinaturas. Até o momento, mais de 67 mil pessoas já assinaram. Para participar é muito simples, basta acessar o link [AQUI](#), preencher alguns dados como nome, sobrenome e e-mail, e clicar no botão vermelho “assinar”.

No documento, a Frente ainda pede que, antes de discutir a PEC 32, os parlamentares se debrucem sobre a Reforma Tributária. “É imperioso que seja determinada a atualização das normas de cobrança e arrecadação de tributos, trazendo condições ao Estado de atender às necessidades da população, mormente em decorrência da ausência ou insuficiência de cobertura das necessidades da população a serem atendidas por políticas sociais”, esclarece o texto.

Relator da PEC 32 na CCJC apresenta novo relatório com mais uma emenda saneadora



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2020

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Apresentação: 20/04/2021 14:05 - CCJC
PRL 3 CCJC - PEC 32/2020

PRL n.º 3

I - RELATÓRIO

Veio a esta Casa Legislativa Mensagem do Sr. Presidente da República de nº 504, de 2020, por intermédio da qual Sua Excelência nos encaminhou texto de Proposta de Emenda Constitucional que visa alterar as disposições constitucionais relativas aos "servidores, empregados públicos e organização administrativa". A matéria foi devidamente processada recebendo a denominação PEC nº 32, de 2020.

Aos 08 de fevereiro deste ano, a proposição foi despachada a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania onde deve passar pelo crivo de sua admissibilidade, sendo sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação especial. Aos 15 de março, fui designado relator da proposição.

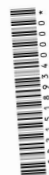
Trata-se de proposta visando alterar a redação dos artigos 37, 39, 42, 48, 84, 88, 165, 167, 173, 201 e 247 da Constituição da República, criar os artigos 37-A, 39-A, 40-A e 41-A e dar outras providências relativas a situações correntes quando da promulgação. Além disso, a PEC ainda revoga dispositivos nos artigos 37, 39, 41, 42, 48 e 84.

Dada a importância e relevância da matéria, ainda que esta Comissão vá se manifestar apenas pela admissibilidade ou não da PEC, foram realizadas várias audiências públicas com convidados que trouxeram muitas contribuições, inclusive para a discussão que ocorrerá apenas na Comissão Especial que analisará o mérito da PEC na sequência. A seguir apresento, em apertada síntese, todos que participaram e reforço minhas estimas de agradecimento:

Ocorrida no dia 26/04/2021, participaram dos debates nesta audiência pública, além dos parlamentares interessados: 1) **Caio Mario Paes de Andrade** (Secretário Especial da



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Darci de Matos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215189340000>



O relator da PEC 32/2020 no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Darci de Matos (PSD/SC), apresentou uma nova versão do relatório com a inserção de mais uma emenda saneadora supressiva relacionada aos princípios constitucionais previstos no caput do Art. 37.

O novo texto suprime os seguintes princípios do caput do Art. 37: "imparcialidade", "transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública" e "subsidiariedade".

Segundo o relator, a inserção da nova emenda tem o objetivo de evitar um movimento de busca judicial junto ao STF a fim de clarear seu real alcance e aplicabilidade, "uma vez que alguns dos novos princípios esboçam ligação com os atuais e podem vir a conflitar ao invés de andarem juntos, por exemplo: publicidade e transparência, impessoalidade e imparcialidade, competência e responsabilidade, etc.", afirmou o relator.

Ainda de acordo com o deputado Darci de Matos: "tais princípios sem uma regulamentação e sem uma definição clara podem gerar inúmeros processos judiciais por improbidade administrativa pelo simples fato do gestor público não 'inovar' em sua tomada de decisões."

Para o Sindjus-DF, que defende a rejeição integral dessa proposta, o novo relatório não resolve os absurdos inconstitucionais contidos na PEC 32 que, mais do que processos judiciais, vão gerar graves prejuízos ao funcionalismo e à população em geral, que, com o enfraquecimento do Estado, ficará à mercê da lógica do mercado financeiro, alicerçada no lucro e na exploração.

A reunião da CCJC destinada para o início da discussão desse parecer acontecerá na próxima terça-feira (25/05).



Nota técnica do Senado aponta que PEC 32 levará à aumento da corrupção e piora dos serviços públicos

A Consultoria Legislativa do Senado divulgou nota técnica, nesta quarta-feira (19/05) sobre a PEC 32/2020, apontando que, caso a proposta seja aprovada, a tendência é de que haja aumento da corrupção e a precarização dos serviços oferecidos.

Além disso, o documento refuta as justificativas fiscais utilizadas pelo governo federal para vender a Reforma Administrativa, como a elevação de despesas com o pessoal e supostos privilégios dos servidores públicos.

A nota técnica foi divulgada na véspera da reunião da CCJC que daria início à análise do parecer do relator Darci de Matos (PSD/SC), pela admissibilidade da PEC 32. Coincidência ou não, a reunião da comissão foi cancelada.

O governo e deputados apoiadores da PEC 32/2020 devem ter recuado para poder se organizar para enfrentar esse documento que desmascara de uma vez por todas a Reforma Administrativa. E como diz o ditado, contra fatos não há argumentos.

“Apesar de ser apresentada pelo Executivo como uma medida de redução de gastos públicos, a PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações. Por sua vez, os efeitos previstos de redução de despesas são limitados, especialmente no caso da União. Assim, estimamos que a PEC 32/2020, de forma agregada, deverá piorar a situação fiscal da União, seja por aumento das despesas ou por redução das receitas”, afirma trecho da nota técnica.

O aumento da corrupção, segundo análise da Consultoria do Senado, será causado pelo fim das restrições para ocupação de cargos em comissão e funções de confiança e pelas novas possibilidades para contratos de gestão.

Levantamento mostra que, somados os cargos em comissão e as funções de confiança, há quase 1 milhão de postos como esses na administração pública. E a PEC 32 traz a expansão mínima de 207,3 mil postos (156.028 funções de confiança + 51,3 mil cargos em comissão hoje ocupados por servidores de carreira). Ou seja, uma expansão de pelo menos 29% no montante de postos que podem ser ocupados por pessoas sem vínculo.

A nota também destaca que o texto da PEC 32 fomenta o sucateamento do serviço público, trazendo graves prejuízos à população: “ao invés de contar com um corpo permanente e profissionalizado, os órgãos podem passar a depender de uma força de trabalho com vínculos precários, sujeita a elevada rotatividade. Nesse cenário, é forte a tendência de as organizações se tornarem igualmente precárias, com graves problemas de perda de memória organizacional, dificuldades de planejamento, fragilidade da cultura organizacional, desenvolvimento profissional deficiente e elevada partidização política. Trata-se de evidentes características de organizações de baixo desempenho, incapazes de responder adequadamente às demandas da sociedade, podendo voltar-se unicamente à satisfação dos vitoriosos do ciclo eleitoral mais recente”.

O documento apresenta ainda diversas propostas alternativas para melhorar o orçamento público, sendo a principal delas “garantir que as rígidas normas já existentes para o controle das despesas com pessoal sejam fielmente cumpridas”.

É hoje! Participe do Twittaço contra a PEC 32/2020

#VOTECONTRAAPPEC32



Acontece hoje (19/5), às 18h, o Twittaço convocado pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Com a hashtag #VOTECONTRAAPPEC32, o Sindjus-DF se une a diversas entidades, servidores e parlamentares com o objetivo de alertar e conscientizar a sociedade sobre o projeto em curso de fragilização e desmonte do Serviço Público.

A mobilização faz parte da estratégia adotada pelas duas Frentes em defesa do serviço público, pelas entidades que as compõem e pela liderança da minoria que têm defendido a sociedade e atuado para barrar a PEC 32/2020. A previsão é que nesta quinta-feira (20/5) haja deliberação sobre o relatório do deputado Darci de Matos (PSDB/SC), que votou pela admissibilidade da proposta.

Participe!

Servidor, participe das eleições da Funpresp-Jud

VOTAÇÃO VAI DE 20 A 30 DE MAIO

No próximo dia 20 de maio tem início as Eleições da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) 2021, que elegerão os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o próximo quadriênio. Poderão votar todos os participantes e assistidos do Plano de Benefícios JusMP-Prev cadastrados no sistema da Funpresp-Jud até o dia 5 de abril deste ano.

O Sindjus-DF entende a importância das Eleições da Funpresp-Jud, que hoje congrega mais de 20 mil participantes e tem um patrimônio total gerido na casa de R\$ 1 bilhão. "É importante elegermos candidatos que estejam comprometidos em ouvir as demandas da categoria e manter permanente interlocução com os servidores nos assuntos relativos à gestão da Funpresp", declarou Cleto Vieira, coordenador Jurídico do Sindjus-DF.

As eleições vão até o dia 30 de maio de forma eletrônica. Foram homologadas duas chapas concorrentes. A Chapa 1, "Juntos na Funpresp-Jud", que traz a servidora do TJDFPT Patrícia Silva Bernardi Peres como candidata titular ao CD e Pedro Vaz Sammarco Freitas, do Superior Tribunal Militar, como suplente. Thiago Bergmann de Queiroz (Tribunal Superior Eleitoral) é o candidato titular ao CF, tendo como suplente Paulo Jábali Júnior (Ministério Público do Trabalho). Conheça as propostas.

A Chapa 2, "Inovação", traz Celso de Oliveira e Sousa Neto (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) como candidato titular ao CD e Gustavo Sanches (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) como suplente. Para o CF, apresenta Rodrigo Mendes Cerqueira (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) como candidato a membro titular e Jailton Manguera Assis (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) como suplente. Conheça as propostas.

Para participar do processo eleitoral, basta acessar o site da Funpresp-Jud clicando <http://www.funprespjud.com.br/processo-eleitoral-2021/>. No link também é possível conhecer os integrantes e as propostas apresentadas por cada chapa.

Participe!

SindEnfermeiros e Sindjus-DF juntos nas lutas pela vacina para todos e contra a PEC 32

Dando continuidade a divulgação das manifestações de apoio às lutas do Sindjus-DF, trazemos a contribuição do diretor-executivo do Sintrajufe-CE, Fábio Sabóia, que faz questão de destacar a relevância da parceria com o Sindjus-DF em diversas campanhas, como na luta pela implantação do NS, através de ações concretas como o Encontro de Fortaleza, reuniões no STF e em outros tribunais e conselhos, abaixo-assinado virtual, camisetas, porta-crachás, campanha de rua com faixas.

Sabóia também ressalta o esforço conjunto com o Sindjus-DF e outros sindicatos para viabilizar amplo enfrentamento à Reforma Administrativa, a famigerada PEC 32/2020, com forte campanha nas mídias sociais, terminais de ônibus e outdoors, além de reuniões com parlamentares e com setores da sociedade civil. É mais um apoio importante que fortalece as nossas lutas.

CONFIRA O VÍDEO NO SITE

 @sindjus  @sindjusdf
www.sindjusdf.org.br





A presidente do SindEnfermeiros, Dayse Amarílio, está com o Sindjus-DF

NAS LUTAS PELA VACINA PARA TODOS E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA



FILIE-SE E FORTALEÇA O SEU SINDICATO NESTA LUTA!



Pedido de vista adia votação do PDL 615/2019, que susta os efeitos da Instrução Normativa nº 2

Na manhã desta terça-feira (18/5), durante reunião da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, pedido de vista feito pelo deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE) adiou a votação do PDL 615/2019, de autoria do deputado Mário Heringer (PDT/MG), que susta os efeitos da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Economia, que dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O deputado André Figueiredo (PDT/CE), que é secretário-geral da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), emitiu parecer pela aprovação da matéria. Para ele, a instrução normativa do Ministério da Economia “fragiliza os mecanismos do concurso público, instrumento prioritário na admissão de pessoal na administração pública e previsto na Constituição Federal”.

No parecer, o relator destacou que a proposta discrimina os aprovados em concurso público e fere a impessoalidade ao exigir que aqueles com qualificação superior à vaga ofertada tenham que passar por um exame casuístico para verificar os conhecimentos relacionados ao cargo. Afinal, o requisito bá-

sico para concorrer a um cargo público é o ter o nível de escolaridade exigido para o exercício da vaga, como previsto no art. 5º, inciso IV, da Lei nº 8.112/1990. O deputado também afirma, no relatório, que essa condicionante não está prevista em lei ferindo o princípio de legalidade.

Além disso, a instrução normativa cria outras obrigações que podem prejudicar candidatos e até a realização de certames ao limitar em até 25% em relação ao quantitativo original de vagas para a nomeação de aprovados ainda não convocados. O limite anterior previsto era de 50%. O critério viola a autonomia dos órgãos, além de impossibilitar a contratação com custos mais baixos.

“Tais exigências acabam por restringir a capacidade de recrutamento de pessoal qualificado pelos concursos públicos, por burocratizar a sua organização e por incentivar a substituição da mão de obra efetiva pela temporária, com a consequente precarização do serviço público”, destaca em trecho do relatório.

André Figueiredo ainda apontou no relatório apresentado na CTASP que a instrução normativa pode atrapalhar a própria ocorrência de concursos públicos na administração pública.

Promoção Tanque Cheio de maio já está no ar com gasolina a R\$ 5,14



*Enquanto durar o estoque, o filiado poderá retirar 80 litros de gasolina (40 litros de comum + 40 litros de aditivada)

A campanha promocional Tanque Cheio do Sindjus Club edição de maio já está no ar com gasolina comum a R\$ 5,14 o litro e aditivada a R\$ 5,57. Os filiados já podem gerar o voucher para economizar por volta de R\$ 1 por litro, considerando que o preço da gasolina chega a R\$ 6,35 no DF.

O voucher pode ser utilizado a partir de hoje (17) até o dia 31 de maio nos postos conveniados (confira lista abaixo). O benefício é limitado à quantidade em estoque.

Cada filiado terá direito a até 80 litros por CPF, sendo 40 litros de gasolina comum (dois vouchers de 20 litros limitados à quantidade em estoque) e 40 litros de aditivada (dois vouchers de 20 litros disponíveis para todos os inscritos no plano de vantagens).

Confira o passo a passo para gerar o seu voucher:

- 1 – Acesse o site do Sindjus Club: www.sindjusclub.org
- 2 – No canto superior direito do site, clique no link "Ativar Conta";
- 3 – Preencha os dados solicitados e, depois, clique em "Ativar Conta";
- 4 – Feito isso, você receberá suas informações de login e senha por e-mail cadastrado no banco de dados do SINDJUS-DF.
- 5 – Faça o login na área restrita;
- 6 – Clique na opção VOUCHER GASOLINA;
- 7 – Selecione a opção desejada e clique em GERAR.

– POSTOS LIBERADOS PARA ABASTECIMENTO:

BR BELIZE SHN – BANDEIRA BR – SHN QD 02 BLOCO D PLL (atrás do edifício Manhattan) GPS: BR BELIZE SHN – BANDEIRA BR

POSTO VERDE AMARELO – BANDEIRA BR – Asa Norte Superquadra Norte 311 GPS: POSTO VERDE AMARELO – BANDEIRA BR

POSTO BR UnB – CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO :GPS POSTO BR UnB

POSTO BR SQS 309 SUL – ASA SUL GPS: POSTO BR SQS 309 SUL

POSTO SHELL – QS 09 RUA 123 LTS – AGUAS CLARAS. GPS : POSTO SHELL – QS 09 RUA 123

POSTO IPIRANGA DO GIRAFFAS – SPM SUL CONJUNTO C LOTE 8 – CANDANGOLÂNDIA GPS: POSTO IPIRANGA DO GIRAFFAS – SPM SUL CONJUNTO C LOTE 8

POSTO BR NB – DF-075 – Q 2 – NÚCLEO BANDEIRANTE. GPS: POSTO BR NB – DF-075 – Q 2

POSTO BR ESTAÇÃO SUL – QNN 22, PLL01, S/N – CEILÂNDIA GPS: POSTO BR ESTAÇÃO SUL – QNN 22

Twittaço desta segunda-feira (17) cobra rejeição da PEC 32 com a hashtag

#CCJrejeitaPEC32



Nesta segunda-feira (17/5), às 19h, você tem um encontro marcado na mobilização virtual que tem sido uma grande aliada no convencimento de parlamentares e da sociedade sobre os prejuízos da Reforma Administrativa.

Em mais um Twittaço da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, em que o Sindjus-DF é integrante, servidores, trabalhadores da iniciativa privada, entidades de classe e a sociedade se unem para lutar em prol do Serviço Público. A hashtag desta edição será: #CCJrejeitaPEC32.

Confira abaixo o passo a passo para participar do Twittaço:

Passo 1

Acesse a sua conta no Twitter. com (se ainda não possui, crie uma conta, é gratuito);

Passo 2

Entre na sua conta um pouco antes das 19h – horário da mobilização

Passo 3

No campo “o que está acontecendo” escreva uma mensagem que contribua para os debates, utilize a hashtag #CCJrejeitaPEC32 e clique no botão tweetar

Passo 4

Repita o passo 3 ou retuíte posts com a hashtag



Como organizar as contas após aumento da margem de crédito consignado?

Especialista dá dicas valiosas para o benefício não se tornar uma bola de neve

Recentemente o governo sancionou a MP 1006/2020 (Lei 14.131/2021), que aumenta a margem de crédito consignado de 35% para 40% durante a pandemia e faculta às instituições financeiras a suspensão por 120 dias do pagamento das parcelas. Embora a solução seja importantíssima para os servidores, alguns cuidados devem ser tomados para que o benefício não se torne uma bola de neve e prejudique ainda mais os servidores.

Preocupado com a saúde financeira dos seus filiados, o Sindjus-DF convidou a especialista em finanças e servidora do TJDFT Patrícia Silva Bernardi Peres para dar dicas valiosas para garantir o melhor uso do aumento da margem. Em entrevista, Patrícia Peres fala ainda sobre gestão de dívidas, novas regras previdenciárias, aposentadoria e muito mais. Confira o vídeo abaixo.



Sindjus-DF 31 anos:

Diretoria inaugura novos espaços do Cefis. Participe!

Como parte das comemorações do aniversário de 31 anos do Sindjus-DF, a diretoria da entidade inaugura, no sábado (22/5), os novos espaços do Cefis para os seus filiados. A cerimônia de inauguração dos novos espaços será às 11h30, com descerramento das placas. Em seguida, será servida uma deliciosa feijoada. Todo o evento obedecerá o distanciamento e as medidas sanitárias recomendadas.

Em virtude das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, o Sindjus-DF limitará a participação na inauguração do Cefis a 55 filiados com um acompanhante cada. Os interessados devem se manifestar das 10 às 16 horas de terça-feira (18/5), enviando e-mail para atendimento@sindjusdf.org.br.

A seleção será por ordem de inscrição dos 55 primeiros filiados que enviarem corretamente para o e-mail supramencionado, e obedecerá o horário de chegada do e-mail.

Reforma Cefis

Os servidores passarão a contar com um Cefis muito mais confortável e seguro. Durante o evento, será inaugurado novo salão de jogos, totalmente equipado com sinuca, mesa de ping-pong, pebolim e mesa de jogos; quadra esportiva revitalizada e banheiros reformados.

E não é só! A grande novidade são os chalés que foram construídos exclusivamente para os filiados. O espaço, com capacidade para até 5 pessoas, tem uma estrutura confortável para receber os usuários do Cefis e seus familiares.

“Identificamos que muitos usuários do Cefis gostam

de ter um tempo a mais em meio à natureza que o clube proporciona. Então, construímos o chalé que tem quarto com bicama, cozinha integrada e sala, para que os filiados possam se hospedar com seus familiares”, explicou Anderson Ferreira da Silva, coordenador de administração e finanças.

As melhorias não param por aí. Ainda será inaugurada área gourmet, com visão panorâmica e privilegiada do clube, especialmente da área das piscinas.

A entrega das obras do Cefis representa o cumprimento de mais um compromisso firmado pela atual Diretoria, demonstrando o zelo com o patrimônio da entidade e a preocupação em ampliar cada vez mais os espaços de diversão e lazer e proporcionar maior qualidade de vida aos filiados.